



**Edição nº 12 – 15 de abril de 2020**

## **O que está sendo feito?**

### **1. Reuniões de focalizadores das Regiões Sul e Norte**



O Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19 (Giac-Covid-19) promoveu duas reuniões regionais com focalizadores nesta semana. Na terça-feira (14), o encontro virtual reuniu membros dos Ministérios Públicos Estaduais, Federal e do Trabalho, e gestores estaduais e municipais vinculados aos Conselhos Nacionais de Secretários de Saúde

(Conass) e de Secretários Municipais de Saúde (Conasems) da Região Sul. Na quarta-feira, foi a vez da reunião dos focalizadores da Região Norte.

A ideia dos encontros regionais surgiu como forma de incentivar o diálogo, a troca de informações e a cooperação entre os focalizadores, para solucionar as questões que envolvem o combate à covid-19. Outro objetivo é mapear boas práticas.

Segundo a coordenadora do Giac-Covid-19 e subprocuradora-geral da República, Célia Regina de Souza Delgado, está claro que a comunicação é o caminho para enfrentar os problemas de modo conjunto. De um lado, secretários de Saúde recebem inúmeros pedidos de informação, o que dificulta o trabalho dos gestores no combate à pandemia. De outro, esses pedidos são motivados justamente pela falta de informação tempestiva e acessível sobre questões de saúde urgentes.

De acordo com Célia, este é o momento de reavaliar práticas, buscar maior integração e repensar as formas de comunicação, de modo a agilizar a troca de informações e permitir mais eficiência no combate à pandemia. Uma das sugestões do Giac é que os focalizadores realizem encontros periódicos por videoconferência, com mapeamento prévio e unificação dos questionamentos dos diversos membros do MP aos gestores de saúde. O envio antecipado das dúvidas e as reuniões em intervalos definidos poderiam garantir o alinhamento das informações de forma mais rápida e eficiente.



Outra sugestão é abrir canais de diálogo com os Tribunais de Contas, para dar segurança aos gestores nas situações de aquisição emergencial de equipamentos.

A coordenadora apontou que os dois encontros regionais mostraram que o diálogo e a interlocução interinstitucional já vêm apresentando bons resultados. Nos próximos dias, devem acontecer reuniões setoriais com focalizadores das demais regiões.

## 2. Liminar para redução de riscos de contágio para trabalhadores de plataformas de entrega

Para que se reduza ao máximo o risco de contaminação pelo coronavírus durante o exercício das atividades dos trabalhadores da plataforma de entrega de produtos gerenciada pela Uber Eats, a empresa deverá distribuir gratuitamente álcool em gel (70%) entre os trabalhadores, fornecer produtos e equipamentos necessários à proteção e promover treinamento adequado sobre o uso, higienização e descarte desses itens. Além disso, deverá estabelecer política de autocuidado aos profissionais para identificação de potenciais sinais e sintomas de contaminação do coronavírus, entre outras ações voltadas à redução de riscos.

A decisão foi proferida em caráter liminar pela 73ª Vara do Trabalho de São Paulo, em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho em São Paulo, representado por procuradores do Grupo de Trabalho "Aplicativos" do MPT. A ACP foi motivada pela atual situação de pandemia da covid-19, em que autoridades de saúde recomendam isolamento social, e pela necessidade de proteção desses trabalhadores, que vem desempenhando um papel relevante na redução da circulação de pessoas ao entregarem em casa produtos como medicamentos, alimentos e outros. [Leia mais.](#)

## 3. Reunião de focalizadores do GIAC para tratar das questões de testes e diagnósticos com a Fiocruz

Membros focalizadores do Giac-Covid-19 realizaram na última semana reunião por videoconferência com o vice-presidente de Inovação em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Marco Krieger, e com o coordenador



da área de vigilância da instituição, Rivaldo Cunha. O objetivo foi discutir a estratégia de testagem no Brasil e as possibilidades de ampliar os exames. No encontro, os gestores explicaram que a Fiocruz tem a meta de entregar 1 milhão de exames por mês a partir de maio. O objetivo é realizar 30 mil exames por dia no Brasil, o que depende não somente da produção dos testes, mas também da capacitação de pessoal e de laboratórios, trabalho que já está em andamento. Os representantes da Fiocruz falaram sobre as dificuldades em obter insumos para a produção dos exames, por causa da grande demanda internacional. Segundo eles, há um trabalho sendo desenvolvido para garantir que esses insumos sejam produzidos aqui no Brasil.

Foi discutida a necessidade de testar profissionais da saúde e de segurança de forma preventiva e regular, de criar estratégias de repetição de testes e de se estabelecer medidas para isolar as pessoas que apresentaram resultado positivo para a covid-19. Os membros do GT questionaram sobre as doações destinadas à Fiocruz. Segundo os gestores, há um grupo específico tratando do tema, para receber as doações e analisar as estratégias de destinação desses valores. Grande parte das doações é destinada à produção dos testes e diagnósticos, principalmente para ampliação da capacidade de testagem.

#### 4. Envio de ofício a companhias aéreas e de recomendação à associação internacional

O MPF requisitou nesta terça-feira (14) às companhias aéreas Latam, Gol, Azul e Passaredo informações sobre os critérios que têm adotado para lidar com as remarcações e reembolsos durante o período da pandemia da covid-19, a pedido dos passageiros ou em decorrência da reestruturação da malha aérea. O ofício solicita ainda que as empresas esclareçam os procedimentos seguidos especificamente nos casos de cancelamento do voo pela companhia. O prazo para resposta é de cinco dias úteis. [Leia mais.](#)

Além disso, o MPF expediu ofício recomendando à Associação Internacional de Transporte Aéreo (Iata) a adesão ao Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) que estabelece políticas de cancelamento, remarcação e reembolso de bilhetes aéreos no país durante a pandemia da covid-19. A entidade representa cerca de 230 companhias aéreas internacionais. Celebrado em



20 de março com a Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear), que representa as quatro principais companhias em operação no território nacional, o termo prevê ingresso de novas empresas. O GT Consumidor da Câmara, responsável pela iniciativa, convida a lata a aderir e auxiliar na divulgação dos termos do acordo. [Leia mais.](#)

## 5. Recomendações para adequar forma de pagamento de auxílio emergencial a indígenas

O MPF enviou ao Ministério da Cidadania, ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), aos Correios, às agências bancárias e às Forças Armadas recomendações para garantir logística diferenciada de pagamento do auxílio emergencial aos indígenas durante a pandemia da covid-19. O pedido também inclui o Bolsa Família e outros benefícios previdenciários. De acordo com o MPF, as medidas têm como propósito garantir o pagamento aos índios, prevenindo a disseminação da doença nas comunidades, uma vez que o contato com o novo coronavírus pode representar risco incalculável à saúde dos povos indígenas no país. Entre as providências recomendadas está a descentralização de pagamentos, o uso de aplicativos e de caixas eletrônicos em locais estratégicos e a consulta prévia sobre a forma como cada comunidade pretende receber o benefício, de modo a evitar aglomerações. [Leia mais.](#)

## 6. Balanço regional do MPT

O Ministério Público do Trabalho segue informando ao Giac as ações adotadas pelas regionais do órgão no combate à covid-19. No Rio de Janeiro, o MPT instaurou procedimentos para garantir equipamentos de proteção e direitos a agentes de segurança, trabalhadores do transporte público e de empresas que exploram entrega de mercadorias e transporte de passageiros por aplicativos. O órgão participa do gabinete de crise estadual e vem fomentando o diálogo com empresas e sindicatos dos setores mais sensíveis, para implementar garantir direitos e saúde dos trabalhadores. Há também atuação junto a empresas que exploram petróleo e setor portuário, para evitar contaminação e demissões em massa de trabalhadores.

No Maranhão, o órgão vem atuando na mesma linha, para garantir a segurança de trabalhadores da segurança, transporte público e de empresas



de aplicativos. Houve também contato com empresas para que sejam fornecidos equipamentos de proteção individual para trabalhadores da saúde e de outros segmentos, e envio de notificação para as 100 maiores empresas do estado para assegurar a continuidade dos programas de aprendizes. Em Alagoas, o MPT conduz articulação para evitar incremento nos casos de trabalho infantil e para assegurar a proteção e manutenção de estruturas adequadas aos trabalhadores dos órgãos socioassistenciais. Além disso, expediu recomendações a empregadores, sindicatos patronais, sindicatos profissionais de setores econômicos considerados de risco muito alto, alto ou mediano, para a observância das regras de segurança.

Em Santa Catarina, a atuação do MPT envolve contato direto com a Secretaria de Saúde para aquisição e distribuição constante de equipamentos de proteção individual para todos os profissionais de saúde. O órgão também articula termos de cooperação para aquisição desses equipamentos.

## 7. Acordo para garantir adicional de insalubridade a servidores da saúde no Rio grande do Norte

Depois de mediação conduzida pelo MPT no Rio Grande do Norte, foi firmado acordo definindo pagamento de adicional de insalubridade em 40% a todos os servidores da área de assistência nas unidades hospitalares da rede pública de saúde estadual e em unidades de atendimento direto à população. O benefício deverá ser pago enquanto durar o estado de calamidade em saúde pública provocado pela covid-19.

Além dos servidores dos hospitais e do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), servidores do Núcleo de Vigilância Sanitária e Epidemiológica (Nuvisa) e do Serviço de Verificação de Óbito (SVO) fazem jus ao adicional, por estarem submetidos ao risco biológico do novo coronavírus. Para quem trabalha na área administrativa das unidades hospitalares da rede pública, o adicional será de 20%.